



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP**RELATÓRIO FINAL****PREGÃO 001/2021 - REGISTRO DE PREÇOS, visando a eventual aquisição de gêneros alimentícios**

Instada a realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando o registro de preço para **eventual aquisição de gêneros alimentícios** para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA e do Comprasnet.

Não houve impugnações nem qualquer pedido de esclarecimento.

No dia 02 (dois) de fevereiro de 2021, às 8:30h (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 45, de 22 de abril de 2020, com a ajuda de Artur Riberio Rocha, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

Logo no início foi feito o alerta aos licitantes de que, conforme Portaria 305/2019 e Condição 18.1 do Edital, a desistência imotivada da proposta, assim como a omissão no envio de documentação exigida no certame, ocasionará a instauração de processo para apurar a conduta da licitante, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Aberta a sessão, a Pregoeira fez a análise preliminar das propostas apresentadas. Em seguida, foram iniciadas as etapas competitivas aberta e fechada, tendo sido ofertados os lances registrados na ata acostada aos autos (doc. nº 1379374). Procedeu-se à abertura da fase aberta de forma gradativa, primeiro para os itens de 1 a 6 e, depois, para os itens de 7 a 14, e a etapa de forma fechada foi aberta simultaneamente para todos os 14 itens.

Após a classificação das propostas pelo próprio sistema, consultamos as empresas que apresentaram os melhores lances para os itens se estes atendiam às especificações do edital e negociamos a redução dos valores, tentando obter melhores preços. Algumas empresas não responderam, mas foram informadas que *“considerando que é responsabilidade do licitante atender às exigências do edital e que o preço ofertado está menor que o estabelecido pelo órgão, procederemos a aceitação”*. Para a empresa PERIPERI EXPRESS COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, alertamos se estava ciente de que o preço para o item 8 representava 40,45% do preço estimado pelo órgão, que para o item 11 representava 45,73%, e que para o item 13 representava 42,77%. E a resposta deles foi afirmativa. Portanto, terminado o tempo de espera concedido para as respostas, procedemos à aceitação dos valores apresentados e prosseguimos para a fase de habilitação.

Para procedermos a análise da documentação das empresas decidimos por suspender a sessão e reiniciá-la no dia seguinte.

Na análise da documentação de habilitação, verificamos as seguintes pendências em relação às empresas:

- JOSÉ CÉLIO FERREIRA OLIVEIRA - tudo foi verificado pelo SICAF e nenhum documento expressava objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação. Também não foi possível emitir a prova de regularidade com a Fazenda Nacional;

- 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA – a certidão de falência apresentada estava vencida, mas foi possível emitir outra; a da fazenda estadual estava vencida pelo SICAF, mas possível emitir uma atualizada; não foi possível emitir prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- ALL ALIMENTOS EIRELI e PERIPERI EXPRESS COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL – tudo verificado pelo SICAF ou emitida pela internet.

Reaberta a sessão no dia 03/02/2021, às 8:30h, solicitamos à empresa JOSÉ CÉLIO FERREIRA OLIVEIRA, menor preço para o item 2, para que no prazo de 2 (duas) horas encaminhasse pelo sistema, exclusivamente, documentos complementares aptos a comprovar que atendia à habilitação exigida, isto é, documento de habilitação jurídica da empresa que expressasse objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação, sob pena de inabilitação. Aberto o prazo de 2 duas horas para o envio da documentação, não foi atendida a solicitação e por isso a empresa foi inabilitada.

Consultamos então a próxima empresa classificado pelo sistema em segundo lugar para o item 2, a ALL ALIMENTOS EIRELI, se a proposta apresentada atendia às especificações e se poderia reduzir o preço, no entanto, ela disse não ter interesse no item 2 e desistiu da proposta, alegando variação no preço do produto.

Partimos então para a empresa classificada pelo sistema como estando em 3º lugar para o item 2, a ARCANJO COMERCIO EIRELI. Consultamos se a proposta apresentada atendia às especificações e se poderia reduzir o preço. No entanto, a empresa não respondeu ao *chat*, mas, por ser responsabilidade da empresa manter-se conectada todo o tempo à sessão e como o preço ofertado estava igual ao limite estabelecido, procedemos à aceitação da proposta.

Partimos então para a análise dos documentos de habilitação da empresa ARCANJO COMERCIO EIRELI, que não apresentou qualquer pendência.

Efetuamos consultas aos *sites* do TJ-BA, TJ-GO, SEFAZ do estado da BA e da Caixa Econômica Federal (FGTS) das empresas que estava com alguma certidão pendente.

Encerrada a supramencionada etapa de julgamento das propostas, a Pregoeira esclareceu aos licitantes que as propostas que foram aceitas preenchiam os requisitos de habilitação previsto no edital, e que também foram feitas consultas ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome das empresas e de seus sócios majoritários (condição 11.10.1 do edital).

No que se refere à empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA, considerando que não foi possível obter o certificado de regularidade junto ao FGTS, mediante consulta ao site da Caixa Econômica e, considerando que o item 11.16. estabelece que *"caso haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação"* para ME/EPP, a empresa foi habilitada junto com as demais e foi aberto o prazo para que ela apresentasse a regularidade junto ao FGTS.

Abriu-se então o prazo para registro de intenção de recursos para os itens ‘aceito e habilitado’, mas nenhuma empresa se manifestou, sendo adjudicados os itens das empresas habilitadas, ficando pendente apenas o item 3 para a empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA.

Foi esclarecido mais uma vez que, no tocante à empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA, seria aguardado que a empresa regularize a pendência fiscal encontrada (regularidade com o FGTS) no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da data de 03/02/2021, sob pena de inabilitação e retorno de fase para aceitação da proposta dos licitantes remanescentes. Por tal motivo não foi adjudicado o item 3 à empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA e foi encerrada a sessão.

Dentro do prazo de 5(cinco) dias úteis, exatamente no dia 10/02/2021, a empresa 3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA, enviou a certidão de regularidade com o FGTS ao *e-mail* desta pregoeira, o que motivou a adjudicação do item 3 que estava pendente.

Convém ressaltar que nas certidões do SICAF das empresas nas quais há indicação de OCORRÊNCIAS E IMPEDIMENTOS foram procedidas as consultas sobre quais seriam estas e emitidos os Relatórios de Ocorrências de cada empresa. No entanto, nenhuma delas impede a contratação com o TRE-BA.

Abaixo apresentamos as empresas habilitadas, os itens para os quais sagraram-se vencedoras e os números dos documentos de habilitação juntados ao processo:

1. **3G - COMERCIO SERVICO E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ **02.654.460/0001-69**, para o **item 3**, no valor total de **R\$ 2.925,00** (doc. nº 1379386);
2. **GD MAGAZINE COMERCIO LTDA**, CNPJ: **10.507.760/0001-43**, para os **itens 1 e 4** no valor total de **R\$ 21.684,00** (doc. nº 1379390);
3. **ARCANJO COMERCIO EIRELI**, CNPJ: **20.194.045/0001-51**, para o **item 2** no valor total de **R\$ 9.528,00** (doc. nº 1379394);
4. **ALL ALIMENTOS EIRELI**, CNPJ **22.495.426/0001-04**, para o **item 6** no valor total de **R\$ 1.160,00** (doc. nº 1379397);
5. **BAHIA DISTRIBUIDOR COMERCIO DO NORDESTE EIRELI**, CNPJ **29.778.328/0001-15**, para os **itens 5 e 14**; no valor total de **R\$ 81.600,00** (doc. nº 1379404);
6. **PERIPERI EXPRESS COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL**, CNPJ **32.537.346/0001-10**, para os **itens 7 a 13**, no valor total de **R\$ 2.964,00** (doc. nº 1379408)

Anexamos, também, o documento “Resultado por Fornecedor” gerado pelo Sistema (doc. nº 1379412) e por fim, foram adjudicados os itens licitados, na forma do termo colacionado aos autos (doc. nº 1379414).

Em síntese, o certame foi concluído com êxito para os 14 itens.

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Cristiana Maria Paz Lima Soares

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares**, Técnico Judiciário, em 19/02/2021, às 09:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1379676** e o código CRC **9E00EFC4**.